

## O mundo em guerra



*Henrique Pereira Braga,  
Luiza Peruffo, André  
Moreira Cunha, Júlio Miragaya,  
Arquimedes Martins Celestino,  
Roberto Alexandre Zanchetta Borghi,  
Carlos Eduardo Martins, Rogério Naques  
Faleiros, Ticiane de Oliveira Alvares e Luís  
Antonio Paulino analisam os impactos econômicos  
e geopolíticos das guerras no mundo.*

*Resumo do trabalho de Igor Fois Abramof, um dos vencedores do 31º Prêmio  
de Monografia Economista Celso Furtado*

## O mundo em guerra

■ Quais são os impactos econômicos e geopolíticos das guerras no mundo? Henrique Braga, da Ufes, julga que a guerra na Ucrânia marca a reconfiguração dos espaços de acumulação de capital, na qual a EU se consolida como um enclave dos EUA e a Eurásia, cujo centro é a China, o principal lócus do capitalismo.

Luiza Peruffo e André Cunha, da Ufrgs, ressaltam que o dólar permanece a moeda dominante no mundo. A intensificação dos conflitos geopolíticos pode acelerar a adesão às alternativas oferecidas pela China, mas é improvável que os EUA assistam a esses avanços passivamente.

Júlio Miragaya, ex-presidente do Cofecon, traça um panorama histórico das guerras no mundo, que sempre têm como motivação central interesses econômicos. O atual ciclo de acumulação de capital, com hegemonia dos EUA, é cada vez mais desafiado pela China.

Arquimedes Celestino, da UFRJ, destaca que a guerra diminui o intercâmbio comercial entre países. Ainda não sabemos se as guerras em curso trarão benefícios econômicos aos países militarmente vitoriosos.

Roberto Borghi, da Unicamp, aponta que as repercussões das guerras, somadas aos efeitos remanescentes da pandemia, são sentidas na cadeia de suprimentos, crescimento econômico, preços de *commodities*, inflação e finanças.

Carlos Eduardo Martins, da UFRJ, avalia que há uma polarização no mundo entre: o imperialismo ocidental, liderado pelos EUA e Otan, e o eixo anti-imperialista e multipolar, articulado por China, Rússia e Estados do Sul Global.

Rogério Naques Faleiros, da Ufes, acredita que a situação no Oriente Médio e Eurásia é um batismo de fogo ao *soft power* chinês. Seria a China capaz de mediar conflitos mundiais e dotar a economia de algum “norte”?

Ticiane Alves, do Inep, enfatiza que o Brasil tem vantagens comparativas e poderia se beneficiar de oportunidades do “caos sistêmico”. O desafio é vincular o potencial a um projeto de desenvolvimento.

Luís Paulino, da Unesp, argumenta que Europa e EUA avaliaram mal a capacidade da Rússia na guerra na Ucrânia e a importância da integração da economia russa com a chinesa e indiana.

Leia também o resumo do trabalho de Igor Abramof, um dos vencedores do 31º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado.

## Sumário

<b>Guerra local, consequência global: breve leitura da guerra na Ucrânia . 3</b>	<i>Henrique Pereira Braga</i>
<b>As guerras e a fragmentação da economia globalizada ..... 5</b>	<i>Luiza Peruffo e André Moreira Cunha</i>
<b>O mundo em guerra ..... 7</b>	<i>Júlio Miragaya</i>
<b>A guerra e o comércio internacional ..... 10</b>	<i>Arquimedes Martins Celestino</i>
<b>Desafios da economia global diante da escalada de conflitos armados no pós-pandemia ..... 12</b>	<i>Roberto Alexandre Zanchetta Borghi</i>
<b>O empate catastrófico no mundo contemporâneo e as guerras ..... 14</b>	<i>Carlos Eduardo Martins</i>
<b>O que não existe mais ..... 16</b>	<i>Rogério Naques Faleiros</i>
<b>As guerras, o mundo em transição, o dilema europeu e o lugar do Brasil..... 18</b>	<i>Ticiane de Oliveira Alves</i>
<b>Guerra na Ucrânia..... 21</b>	<i>Luís Antonio Paulino</i>
<b>Classe média comprimida durante o experimento redistributivo recente no Brasil? ..... 23</b>	<i>Igor Fois Abramof</i>

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites [www.aepet.org.br/radioaovivo.html](http://www.aepet.org.br/radioaovivo.html) e [www.programafaixalivre.com.br](http://www.programafaixalivre.com.br), canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

## Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sérgio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906  
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** Antônio dos Santos Magalhães. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2022-2024): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026): Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2022-2024): José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

### Mandato – 2017/2020

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

**Coordenação de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

**Conselho Fiscal:** Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

# Guerra local, consequência global: breve leitura da guerra na Ucrânia

Henrique Pereira Braga\*

■ Quando escrevemos essas notas, a guerra na Ucrânia encerra o seu segundo ano. Ao repelir os sucessivos ataques do exército ucraniano em sua ofensiva de verão em 2023, o exército russo estabeleceu o domínio da região do Donbass, produtora de aço, e acesso às planícies produtoras de trigo, assumindo o controle do sudeste da Ucrânia. Com essa derrota, o governo ucraniano está com recursos limitados para a continuidade da guerra, dependendo da ajuda militar e financeira dos Estados Unidos, por meio da sua Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). De mais a mais, sem uma intervenção militar direta da Otan, o conflito tende a se resolver a favor da Rússia, pois seu exército está preparado para um conflito de longa duração, haja vista a capacidade produtiva, militar e populacional da Rússia perante a da Ucrânia.

A justificativa russa para o conflito, que denomina de “Operação Especial”, seria defender os direitos humanos da população russa na região do Donbass, liberando-a do domínio da extrema direita, com inclinações nazistas, que atacava os russos naquela região. Embora o argumento de defesa dos direitos humanos seja idêntico ao utilizado pelos Estados Unidos quando da invasão do Iraque, em 2003, o propósito da invasão nos parece, como naquele caso, outro. Ao que tudo indica, o objetivo russo seria, do ponto de vista imediato, criar um estado disfuncional e tampão entre os países da Otan e o seu território, evitando uma invasão direta da Otan, liderada pelos Estados Unidos; enquanto o seu objetivo de longo prazo parece ser o de fortalecer a Eurásia como centro geopolítico e geoeconômico do capitalismo global.

Os sucessivos avanços da Otan para o leste da Europa, desde a queda da União So-

viética (1991), incorporando as antigas repúblicas soviéticas como sua área de influência, têm provocado reações da Rússia. Desde os anos 2000, o governo Putin tem defendido, nos fóruns internacionais, o estabelecimento de estados militarmente neutros ao longo de sua fronteira europeia, enquanto procurava se integrar à economia da Europa ocidental como fornecedor de energia. Após se recuperar do desastre econômico, político e social ocasionado tanto pelo colapso da economia de comando soviética quanto pela implementação de políticas liberais, a Federação Russa se reorganizou em torno da exportação de *commodities* energéticas, controladas pelo Estado, de maneira a reestruturar sua força militar e controlar politicamente sua oligarquia, integrada ao sistema financeiro internacional, pelas zonas *off-shore*, e controladora da produção de mercadorias internas à economia russa. Contribuiu para isso, sobretudo, o acelerado crescimento chinês e sua demanda por *commodities*, que puxaram os preços do mercado internacional nos anos 2000, animando projetos de integração econômica, já nos anos 2010, diante da profunda crise das economias ocidentais ocorrida em 2008. Ainda assim, a Rússia também buscava se integrar, do ponto de vista econômico, à Europa ocidental, de modo a desfrutar de dois mercados centrais ao capitalismo global, satisfazendo tanto a apetite de seu Estado quanto das suas oligarquias.

Nos anos 2010, contudo, a expansão da Otan para leste, sob a liderança estadunidense, encontrou na Ucrânia – cuja parte ocidental deseja ingressar na União Europeia, enquanto a parte oriental deseja estar integrada à Rússia – um ponto de mudança: as disputas diplomáticas passaram ao campo militar. Iniciada em fevereiro de 2022, a guerra na Ucrânia conduziu a Rússia, em





meio às sanções econômicas do Ocidente, a estreitar seus projetos de integração econômica na Eurásia e, com isso, consolidar seus laços com a China, a Índia e o Irã. Como resultado, a expulsão russa do sistema de pagamentos internacional centrado no dólar (Swift) não implicou uma crise no seu balanço de pagamentos, nem mesmo uma forte retração da sua economia, como estimavam os analistas ocidentais – mesmo com a acentuada desvalorização do rublo frente ao dólar, no início do conflito, saltando de 76,62 rublos por dólar para 128 rublos por dólar. Após dois anos de conflito, a taxa de câmbio está em 89,74 rublos por dólar, enquanto há previsão de taxas de crescimento do PIB mais elevadas do que da União Europeia, segundo estimativas da Unctad.

Sobre esse desempenho econômico da União Europeia, cabe chamar a atenção para a recessão da sua principal economia, a Alemanha. A eclosão do conflito, as sanções econômicas à Rússia e a explosão dos dois principais gasodutos, vindos da Rússia, que abasteciam a Alemanha (*Nord Stream 1 e 2*) com gás natural, contribuíram para a recessão dessa economia. Isso porque a Alemanha perdeu tanto o seu principal fornecedor de energia desde os anos 2000, já que o gás russo chegou a perfazer mais da metade do gás importado pela Alemanha, quanto um dos principais mercados para produtos industriais alemães. Embora a economia

alemã tenha rapidamente construído portos para importação de gás natural dos países árabes e dos Estados Unidos, a preços similares, a perda de um importante mercado para seus produtos industriais, em meio às disputas de restrição comercial com a China, parece ter contribuído para sua desaceleração. Além da situação econômica alemã, a economia da União Europeia vive uma forte inflação, agravada com o início do conflito, tanto dos preços ao consumidor, quanto dos preços industriais, caracterizando sua perda de competitividade no mercado mundial. Além dessa consequência, a elevação dos custos de vida tem afetado a população do continente como um todo, provocando reações políticas que têm capilarizado as forças da extrema direita, que, diante de qualquer crise, possuem a receita da sua solução: combate à imigração, figurada como a fonte de todo o mal europeu contemporâneo. O problema da imigração, aliás, foi ampliado pela guerra na Ucrânia, que provocou a migração de milhares de ucranianos para os países vizinhos, membros da União Europeia, agravando os seus problemas com os refugiados.

Desde o início da guerra, a Ucrânia teve sua infraestrutura dilacerada, sendo a explosão da barragem Kakhovka símbolo dessa destruição. Isso porque essa barragem era peça importante para a operação da usina nuclear de Zaporizhzhia e, sobretudo, fornecia água para os canais de irrigação da Cri-

meia do Norte, que irrigam as planícies do Mar Negro, produtoras de trigo, e abastecem a região da Crimeia, anexada pela Rússia em 2014. O que colocou pressão sobre os preços mundiais do trigo, haja vista a importância dessa região neste mercado mundial, afetando a inflação de alimentos, que se acelerou na Europa desde o início do conflito. Ao perder para os russos essa região produtora de trigo para o mercado mundial, a Ucrânia se torna cada vez mais um estado disfuncional, uma vez que perde o controle sobre parte do seu principal produto de exportação, ficando sem condições de honrar seus crônicos déficits em balanço de pagamentos, necessitando de mais ajuda financeira externa.

A guerra na Ucrânia marca, sobretudo, a reconfiguração dos espaços de acumulação de capital, na qual a União Europeia parece se consolidar como um enclave estadunidense. Marca também a reorganização das forças políticas entre as potências militares globais, reforçando a Eurásia, cujo centro é a China, como principal lócus de um novo capitalismo global. Neste capitalismo, as características nacionais, que segundo seus governos formam o caráter de seus povos, parecem ser preservadas. Não por acaso, em pronunciamento recente, o ministro das relações exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, argumentou que a guerra na Ucrânia “purificou” a população russa daqueles que não estavam alinhados com os princípios daquela coletividade<sup>1</sup> – no país são proibidas as relações homoafetivas e sua forma de governo está longe de se parecer com uma democracia.

Findado o segundo ano da guerra na Ucrânia, a única certeza é a de que os principais derrotados são as pessoas comuns na Ucrânia e, em menor medida, na Rússia, que estão a suportar o fardo das perdas materiais, afetivas e da própria vida numa guerra em que seus interesses não estão em jogo. Ao contrário, disputa-se uma posição dos Estados nacionais no interior da acumulação de capital global.

\* É professor do Departamento de Economia da Ufes.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://youtu.be/jcScDY5l8Cc?feature=shared&t=7261>. Acesso em: jan. 2024.

# As guerras e a fragmentação da economia globalizada

Luiza Peruffo\*

André Moreira Cunha\*\*

■ Após décadas de crescente integração econômica global, o mundo avista a possibilidade de “fragmentação geoeconômica”<sup>1</sup> (GEF, na sigla em inglês), segundo nota de discussão recentemente publicada pelo corpo técnico do Fundo Monetário Internacional. O novo acrônimo vem no rastro de termos como “desglobalização” e “recurso da globalização” (*globalization backlash*), que já há algum tempo rondam análises especializadas e tentam dar sentido às transformações em curso da ordem global. Seguindo pela trajetória atual, podemos estar à beira de uma divisão da economia global em blocos econômicos separados, por vezes colidentes, em que as alianças de segurança determinam as relações econômicas, à la Guerra Fria.

A escalada dos conflitos militares, notadamente desde a invasão russa ao território da Ucrânia em fevereiro de 2022, reacendeu o papel da geopolítica em temas econômicos e tem inflamado as feridas mal curadas desde a Crise Financeira Global de 2007-2009 (CFG). A era pós-CFG foi marcada por uma recuperação econômica superficial e desigual. Fluxos globais de bens, serviços e capitais arrefeceram, revertendo uma expansão de várias décadas que data de meados do século XX. Medidas protecionistas proliferaram, narrativas isolacionistas e nacionalistas venceram. Os resultados vieram, entre outros, no Brexit, no acirramento das tensões comerciais entre China e Estados Unidos e na eleição de líderes como Donald Trump. No meio do caminho, o desafio urgente da pandemia da Covid-19 testou ainda mais as relações internacionais e aumentou o ceticismo sobre os benefícios da globalização.

A CFG gerou efeitos contraditórios na ordem global, na medida em que aprofundou as

fissuras na ordem liberal internacional liderada pelos Estados Unidos e, simultaneamente, reforçou o papel central dos Estados Unidos. Em outras palavras, o contexto da crise serviu para expor a obsolescência das instituições multilaterais criadas no pós-Segunda Guerra Mundial para fomentar o *rules-based system* das relações comerciais, financeiras e de segurança – a exemplo da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em maior ou menor medida, todas essas instituições foram incapazes de transformar suas estruturas a fim de refletir as mudanças da distribuição do peso econômico e político das economias nas últimas oito décadas – sendo o caso da China o mais emblemático. Como resultado, a legitimidade das decisões derivadas desse ordenamento passou a ser crescentemente questionada e a percepção sobre a capacidade de liderança dos Estados Unidos ficou abalada.

No entanto, a mesma crise da ordem liberal internacional e do multilateralismo serviu para reforçar o poder unilateral dos Estados Unidos. Por exemplo, no contexto das necessidades de liquidez da CFG, o Federal Reserve optou por fazer arranjos de *swaps* bilaterais com determinados bancos centrais, ao invés de utilizar os canais multilaterais do FMI. Ao fazer isso, os Estados Unidos deixaram de exercer sua influência indiretamente através das instituições de Bretton Woods e passaram a diretamente decidir as economias que teriam acesso à liquidez em dólares. Claramente, este movimento só foi possível devido à persistente centralidade do dólar no sistema monetário e financeiro internacional.

Até o momento, hipóteses sobre a emergência de um ordenamento alternativo ao comandado pelos Estados Unidos esbarram



Luiza Peruffo



André Moreira Cunha



sobretudo na liderança incontestada da moeda estadunidense. Se o olhar para as questões de comércio e segurança permite sugerir um declínio relativo da influência americana nos assuntos globais, a mesma conclusão não se aplica para as questões monetárias e financeiras. Cerca de dois terços dos ativos de reserva detidos pelos Bancos Centrais estão denominados em dólares, de maneira consistente, desde o final da Segunda Guerra Mundial. O dólar também é a moeda líder no uso privado, ainda que um pouco menos dominante, para denominar contratos comerciais e financeiros.

Enquanto o dólar permanecer sem concorrentes, o mais provável é que a ordem que está tomando forma – ainda que mais difusa e menos coerente – continue centrada, de alguma forma, no poder estadunidense. Como definiu o ministro das finanças francês Valéry Giscard d'Estaing nos anos 1960, a dominância internacional do dólar confere aos Estados Unidos um “privilégio exorbitante”. Objetivamente, o privilégio reside no fato de que, por emitir a moeda dominante, os Estados Unidos têm a capacidade de emitir títulos que são altamente demandados pelo resto do mundo. Isto tem implicações profundas para o processo de ajuste externo (já que os Estados Unidos não têm necessidade de fazê-lo), para o ciclo financeiro global (determinado pela própria política monetária dos Estados Unidos), e para a

estabilidade do sistema monetário e financeiro internacional (como demonstrado pelos efeitos da CFG, originada no sistema financeiro doméstico estadunidense).

Mas os Estados Unidos têm abusado de seu privilégio recentemente. A “bomba dólar”<sup>2</sup> – lançada na forma de interdição ao acesso à sua moeda – tem se tornado uma arma cada vez mais recorrente nos conflitos geopolíticos. Em 2018, a bomba foi lançada contra o Irã, apesar de o país não ter violado os termos do acordo nuclear, e em 2021 contra Cuba, no que foi considerado uma penalidade excessivamente dura, em um dos últimos atos de política externa do governo Trump. O uso das sanções por parte dos Estados Unidos, considerado como leviano nesses dois casos por alguns analistas, vem assombrando a percepção do dólar como um “bem público global” e levantando receios (legítimos) ao redor do mundo sobre quem vai ser o próximo alvo.

Estas tensões atingiram novos níveis com as sanções impostas à Rússia em 2022, catalisando movimentos de desdolarização que vinham sendo gestados desde o imediato pós-CFG. O vácuo deixado pelo dólar na economia russa encontrou rapidamente os desejos da China de internacionalizar o renminbi e de construir espaços monetários e financeiros alternativos aos dominados pelos Estados Unidos e seus aliados. Sob o discurso oficial de fortalecer a segurança financeira da China e reduzir suas vulnerabilidades dentro do

sistema dominado pelo dólar, a China vai avançando em sua própria rede de swaps cambiais bilaterais, na consolidação do seu papel de credora internacional via Rota da Seda, e no lançamento de uma moeda digital, o e-CNY, que poderá balançar o poder estrutural do dólar.

Se, por um lado, as sanções contra a Rússia estão contribuindo para rea-

linhamentos das preferências monetárias e criação de sistemas alternativos, por outro, o cenário de instabilidade geopolítica contribui para fortalecer o papel do dólar, já que o guarda-chuva de segurança dos Estados Unidos ainda é o mais cobiçado. A coalizão contra a Rússia representa mais de 90% das reservas monetárias globais, aproximadamente 80% do investimento global e 60% do comércio e do produto global.<sup>3</sup> Mesmo que todos os países que se recusaram a sancionar a Rússia (inclusive o Brasil) se organizassem em um movimento antidólar, isso ainda seria insuficiente para fazer frente ao poderio estadunidense.

Assim, ainda que a ofensiva contra o dólar seja real, ela é insuficiente (pelo menos até o momento) para precipitar o fim da hegemonia monetária e financeira dos Estados Unidos. O sistema de pagamentos interbancário internacional da China (Cips, na sigla em inglês), por exemplo, processa aproximadamente 15.000 transações por dia, totalizando algo em torno de US\$50 bilhões; enquanto o sistema equivalente dos Estados Unidos (Chips, na sigla em inglês) processa 250.000 transações, ultrapassando US\$1,5 trilhão.<sup>3</sup> A intensificação dos conflitos geopolíticos, contudo, pode acelerar a adesão às alternativas oferecidas pela China (e eventualmente outros países), especialmente se considerarmos que os avanços tecnológicos também contribuem para mudanças mais rápidas e podem facilitar a interoperabilidade entre múltiplas moedas. É improvável, contudo, que os Estados Unidos assistam a esses avanços passivamente.

1. Aiyar, S, J Chen, C Ebeke, et al. (2023). *Geoeconomic Fragmentation and the Future of Multilateralism*. IMF Staff Discussion Note SDN/2023/01.
2. Torres Filho, E T (2019), *A bomba dólar: paz, moeda e coerção*. Texto para Discussão 026, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
3. Norrlöf, C (2023), *The Dollar Still Dominates: American Financial Power in the Age of Great-Power Competition*. Foreign Affairs, Fevereiro.

\* É PhD pela Universidade de Cambridge e professora no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\*\* É pesquisador do CNPq e professor no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



# O mundo em guerra

Júlio Miragaya\*

■ As guerras fazem parte da sociedade humana desde tempos remotos. Tal qual algumas espécies animais, tribos no período mesolítico lutavam por melhores locais de caça, pesca ou coleta. Com o advento da agricultura e do pastoreio, tribos que se viam privadas de suas fontes de alimentos, por problemas climáticos (seca, inundações etc.) ou extinção da caça, recorriam ao saque de tribos vizinhas e o conflito era iminente. Com a criação e consolidação das primeiras cidades-Estados e a formação dos primeiros reinos, as guerras se tornaram mais complexas, envolvendo a conquista do território alheio, condição de garantia de suprimento de alimentos e outros bens.

A guerra vai além da simples mobilização de tropas e armamentos, com a estratégia militar e a diplomacia assumindo papéis centrais no seu decorrer. Como bem precisou o general prussiano Karl Von Clausewitz: “A guerra é a continuidade da política por outros meios”. Sempre tendo o interesse econômico como motivação central, as guerras são de distintas dimensões (locais, regionais ou globais) e se dão por diversas motivações ou razões. As mais comuns envolvem disputas territoriais entre dois Estados, como as que vemos atualmente na Ucrânia e na Palestina. Mas há também razões de ordem étnica (Guerra do Curdistão) e religiosas (Índia *versus* Paquistão), onde o fator religioso serve para mascarar conflitos entre interesses econômicos e funciona como elemento de mobilização.

Muito comuns são as guerras civis, envolvendo grupos dentro de um mesmo Estado, que podem ter motivação ideológica (Guerra Civil Russa de 1918-22, confrontando grupos sociais opostos, de um lado a burguesia industrial/financeira e a nobreza latifundiária e, de outro, operários e camponeses), confrontando povos distintos (Guerra de Biafra), ou simplesmente a disputa pelo poder político (Guerra Civil Norte-americana e a atual na Líbia).

Também comuns são as Guerras de Secessão ou pela emancipação política, podendo ser lembrados os conflitos na Irlanda, Sudão do Sul, Eritreia e Chechênia. Há ainda as guerras de conquista (EUA x México em 1845-48), as guerras de ocupação (colonização da África), as guerras de libertação nacional (Vietnam, Argélia) e as guerras revolucionárias. Por fim há a guerra de guerrilha (Cuba). As guerras globais, de maior dimensão, são as que envolvem os países mais poderosos, são as guerras interimperialistas, casos da 1ª e 2ª Guerras Mundiais. As guerras podem ser simétricas, confrontando países com semelhante poder de fogo, e assimétricas, como a que confrontou EUA e Vietnam.

As guerras, especialmente as de maior porte, têm o poder de promover o redesenho do mapa geopolítico e econômico, e não há análise econômica plausível sem considerar a história e a geopolítica. Grandes derrotas nos campos de batalha implicaram, ao longo dos séculos, o declínio de algumas potências, e, de outro lado, vitórias militares forjaram a emergência de potências dominantes. E tais ascensões estavam intimamente associadas a ciclos de acumulação de capitais que se realizavam.

Nos últimos cinco séculos as disputas geopolíticas, incluindo as guerras, se inseriram no contexto guiado pelos ciclos do sistema capitalista. Giovanni Arrighi, em sua célebre obra *O longo século XX*, identificou quatro ciclos sistêmicos de acumulação de capital, cada um deles associados ao exercício da hegemonia no chamado sistema-mundo, por sua vez decorrentes do resultado de guerras.

No primeiro deles, o ibero-genovês, iniciado em 1453, a Espanha emergiu como grande potência europeia na segunda metade do século XV ao obter um lugar privilegiado (junto com Portugal) nas rotas comerciais com o Oriente após a queda de Constantinopla para os turcos (1453); conjuar as forças do Reino de Castela com as do Reino de Aragão (1469); conquistar o



monopólio do suprimento de prata a partir das minas do Novo Mundo; e se sair vitoriosa na guerra movida contra as últimas forças muçulmanas que permaneciam na Península Ibérica (Reino de Granada) em 1492.

E eram capitais genoveses que financiavam a exploração das novas rotas comerciais, a exploração das minas de prata e as guerras movidas pela monarquia espanhola. Tal período iniciou o que Marx chamou de acumulação primitiva de capitais. E a Espanha permaneceu como principal potência até ser desafiada na segunda metade do século XVI pela emergência de uma possessão sua, as Províncias Unidas dos Países Baixos, que veio marcar o segundo ciclo, o holandês, iniciado em 1580.

Aliados aos ingleses, os holandeses colheram sucessivos sucessos militares desde a primeira revolta contra o domínio espanhol em 1568, realizando a Proclamação da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos em 1581. O que se seguiu foram sucessivas derrotas militares da Espanha, inclusive a de sua “invencível armada” para os ingleses em 1588.

A vitória sobre os espanhóis permitiu que as Províncias Unidas emergissem como o maior poder marítimo e comercial europeu, mas tal hegemonia não se prolongou muito. Em 1618 teve início a Guerra dos 30 Anos (1618-48), quando a Europa foi sacudida pelo que, provavelmente, foi a primeira guerra global, que envolveu praticamente todo o continente, e que viu a emergência da França e da Inglaterra como potências centrais, consagrada pelo Tratado de Vestfália (1648).

Arrighi, contudo, considera que a hegemonia holandesa se prolongou por todo o século XVII, até o Tratado de Utrecht (1715), que encerrou a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-14). Admite, contudo, que o longo período entre o Tratado de Vestfália (1648) e o Tratado de Aquisgrão/Aachen (1748), que encerrou a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-48), foi marcado por uma prolongada disputa pela hegemonia entre França e Inglaterra, saindo esta última vitoriosa.

A bem da verdade, já no Tratado de Utrecht (1715), se havia desenhado a vitória política da coligação Inglaterra-Países Baixos,

marcando a ascensão da Inglaterra, que adquiriu territórios reivindicados pela França na América do Norte. A prevalência britânica foi reafirmada no Tratado de Aquisgrão (1748) e definitivamente confirmada no Tratado de Paris (1763), que encerrou a Guerra dos Sete Anos (1756-63) e que selou o destino da França como potência secundária, ao conferir aos ingleses o monopólio da exploração comercial no rico território indiano, além de vasto território francês no Canadá.

Dessa forma, em 1740, segundo Arrighi, inicia-se o terceiro ciclo, o britânico, que se estendeu até 1929. Este ciclo encerrou a fase de acumulação primitiva de capital e iniciou a fase madura do capitalismo, caracterizado pelo forte desenvolvimento industrial. Com a vitória militar sobre a França de Napoleão (1801-15), a Inglaterra formulou, a seu juízo, o novo mapa geopolítico e comercial europeu, estruturando no Congresso de Viena (1815) o sistema que nortearia a Europa até a eclosão da 1ª Guerra Mundial.

Mas três fatos no final do século XIX anteciparam o fim do ciclo britânico: a Guerra Civil Norte-americana (1860-65), a unificação e formação do Império Alemão (1871) no contexto da vitória na Guerra Franco-Prussiana (1870-71) e a longa depressão capitalista de 1873-96. A vitória nos EUA da burguesia do “Norte” sobre a oligarquia agrária do “Sul” e a formação do Império Alemão, não obstante a crise de 1873-96, resultaram em uma excepcional expansão industrial nesses dois países.

A 1ª Guerra Mundial (1914-18) promoveu um forte redesenho do mapa econômico e geopolítico mundial. Derrotada na guerra e inviabilizada pelo Tratado de Versailles (1919), a Alemanha sucumbiu à crise, o que levou à ascensão do nazismo em 1933. Já a Inglaterra, embora vitoriosa, se viu afundada em dívidas e sem condições de enfrentar a forte competição da indústria dos EUA. O ciclo norte-americano, iniciado em 1870, logo após a Guerra Civil, assumiu a hegemonia no sistema-mundo, condição consolidada após a 2ª Guerra (1939-45).

Nesta terceira década do século XXI é o ciclo que ainda prevalece, mas cada vez mais é desafiado pela extraordinária expan-

são econômica (e militar) da China. O resultado deste embate será conhecido nas próximas décadas. O fato é que a China já teve a maior economia do planeta por mais de 4 séculos, desde a Dinastia Ming (1368-1644) até o início do século XIX, já na Dinastia Qing (1644-1912), mas após as derrotas chinesas para os britânicos (e também franceses, russos e japoneses) nas chamadas Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-60), teve início o chamado “Século da Humilhação”, que se estendeu até a Revolução de 1949. Neste período a China perdeu para a Grã-Bretanha, Rússia e Japão nada menos que 3,78 milhões de km<sup>2</sup>, ou 28% de seu território de 13,41 milhões de km<sup>2</sup> existente no século XVIII.

Os impactos econômicos das guerras são enormes, envolvendo não apenas vultosos orçamentos militares, mas também formidáveis gastos na reconstrução de países e/ou cidades devastados pelos conflitos (infraestrutura de transportes, serviços públicos, habitações etc.). Ademais, as guerras geralmente implicam algum nível de retração da atividade econômica, o que resulta na queda da arrecadação de impostos. De outro lado, há uma maior demanda por recursos para atender a sobrecarga no sistema de saúde e previdenciário (decorrentes dos mortos, incapacitados e feridos) e a já mencionada reconstrução da infraestrutura destruída ou danificada.

Também devem ser elencadas como consequências a desestruturação do mercado de trabalho (ampliação da precarização do trabalho e do desemprego) e a elevação da inflação. Deve ser mencionada igualmente a desestruturação provocada nas cadeias de produção e suprimento (petróleo, metais, cereais, produtos eletrônicos, chips etc.). Ainda no campo econômico, é fato que a guerra impulsiona a pesquisa científica e tecnológica, e tal desenvolvimento técnico se desdobra para as atividades econômicas civis.

Hoje o mundo assiste a um grande número de guerras, sendo a maioria guerras civis, localizadas sobretudo na África e na Ásia, resultantes do colonialismo e da criminosa partilha efetuada pelas potências europeias nesses dois continentes ao longo dos séculos XIX e XX. A título de exemplo, ao partilharem a chamada África Ocidental



com os franceses no século XIX, os britânicos juntaram distintas nações (haussas e canuris, muçulmanos, yorubas e ibos, cristãos) na colônia Nigéria, ao tempo em que separavam esses povos, também situados nas colônias francesas vizinhas de Camarões, Chade, Mali e Benin.

Há conflitos com enorme potencial destrutivo, como os fronteiriços entre Paquistão e Índia e entre esta e a China; a disposição da China em reincorporar a seu território a província rebelde de Taiwan e o conflito na Coreia. Entre as atuais guerras em curso, destaques para as guerras civis na Síria, Líbia e Iêmen, mas dois conflitos chamam mais a atenção da grande mídia e da opinião pública: um é a guerra entre Rússia e Ucrânia, que tem o risco de descambar para um conflito europeu de larga escala.

Difícilmente a Rússia aceitará ter fronteira com uma Ucrânia integrante da Otan, o que levará à formação de um novo país (Nova Rússia) com os oblasts do leste e sul da Ucrânia (Luhansk, Donetsk, Zaporizhia, Kherison e Crimeia) ou sua incorporação à Rússia; a região, por sinal, fala majoritariamente o idioma russo, tem uma grande parcela da população de etnia russa e foi território rus-

so desde sua conquista aos turcos no século XVIII, até ser “entregue” aos ucranianos por Lenin (1919) e Kruchev (1954).

O outro é a guerra na Palestina, que tem real risco de se propagar para outros países do Oriente Próximo e Oriente Médio, região que constitui um verdadeiro barril de pólvora desde a dissolução do Império Otomano em 1919 e a criminosa intervenção dos imperialismos britânico e francês, seguida da ação do imperialismo norte-americano no pós-guerra.

O planeta teve em 2022 o mais volumoso gasto militar da história (US\$ 2,24 trilhões), sendo que os países da Otan e seus parceiros responderam por 65% do total, capitaneado pelos EUA, com nada menos que US\$ 877 bilhões (quase 40%), três vezes superior aos gastos da China (US\$ 292 bilhões). Na dianteira, os países que integram o exclusivo clube das potências nucleares, inicialmente restrito à EUA e URSS, e que ganhou a posterior associação da Grã-Bretanha, França e China, e, mais recentemente, da Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte, com o Irã buscando ser o décimo sócio.

Por fim, nunca é demais lembrar que nem sempre os países hegemônicos lançam mão das guerras para fazer valer seus interesses.

Instrumentos como a coerção e a ameaça são frequentemente usados, além da “sedução” e do “convencimento”, papel desenvolvido pelo chamado *soft power*, que abrange a disseminação da propaganda mediante o cinema, TV, música, artes, esportes, internet, idioma, religião etc., que confira legitimidade aos Estados hegemônicos.

Do mesmo modo, a disputa pela hegemonia (ou a resistência a ela) resultou na criação de uma miríade de alianças econômicas (OCDE, UE, Asean, Nafta, Mercosul), geopolíticas (G-7, Brics, Unasul, OCX – Organização para Cooperação de Shanghai, Liga Árabe, OIC – Organização de Cooperação Islâmica etc.) e militares (Otan e o extinto Pacto de Varsóvia) ou a criação de organismos multilaterais (ONU, FMI, Bird, OMC, Tribunal de Haia etc.), na busca da supremacia geopolítica.

*\* É mestre em Planejamento e Gestão Territorial e doutor em Desenvolvimento Econômico Sustentável, ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Conselheiro e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (2016-17) e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan, 2011-14), é atualmente assessor da Liderança do PT no Senado Federal e professor voluntário do Núcleo de Estudos da Amazônia da UnB.*



# A guerra e o comércio internacional

Arquimedes Martins Celestino\*

■ A guerra causa extremo sofrimento às populações, além da destruição direta de capitais físicos e de incontáveis vidas. Isso é um axioma moral válido e consistente, que deve ser lembrado sempre que a guerra direta parecer ser a melhor opção para as divergências entre os países e os povos. Sempre foi válido, mas a tecnologia militar moderna o tornou muito mais evidente.

A guerra diminui o intercâmbio comercial entre os países. Parece também um axioma, algo inegável e ponto de partida para qualquer análise, mas é apenas uma possibilidade entre muitas de uma realidade bem mais complexa.

Um país submetido a um bloqueio comercial, implantado militarmente, pode ter as suas fontes de suprimento externo completamente obliteradas. Um exemplo de grande importância histórica é o da Alemanha e seus aliados na I Guerra Mundial. O efetivo bloqueio naval inglês fez com que os Estados Unidos, teoricamente neutros nos três primeiros anos da guerra, tivessem seu vasto comércio com a Alemanha e Áustria reduzido a uma pequena fração do que era antes da guerra<sup>1</sup>. Mas ao mesmo tempo, as demandas criadas nas potências da Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) pelo esforço de guerra e pelos imensos déficits públicos, justificados pelo conflito, multiplicaram por 3,5 vezes as exportações americanas para esses países no mesmo período<sup>2</sup>, apesar da campanha submarina da Alemanha no Atlântico. O principal conselheiro do presidente americano Woodrow Wilson, Coronel Edward M. House, comentou que “os britânicos foram o mais longe possível na violação dos direitos de neutralidade, embora tenham feito isso da maneira mais cortês”<sup>3</sup>, ou seja, com sua frota de grandes navios de superfície, os britânicos interceptavam os cargueiros americanos que se destinavam a Alemanha, mas não os afun-

davam. Já com sua frota de pequenos *U-boats* (submarinos) a opção alemã era de afundar os navios destinados à Inglaterra e França, sem aviso prévio.

Para as potências centrais da Europa, o bloqueio levou à fome em larga escala e foi um fator chave para o seu colapso político interno e capitulação em 1918. Mas o sistemático ataque ao intercâmbio comercial por ambos os lados durante a I Guerra Mundial trouxe consequências econômicas extremamente diversas aos países envolvidos no conflito, mesmo entre os vencedores. A Inglaterra perdeu a sua capacidade de ser o centro cíclico principal<sup>4</sup> da economia mundial, o que inutilmente tentou recuperar durante o período entre guerras. A França se viu extremamente endividada com os Estados Unidos. A Rússia foi revolucionada pelos bolcheviques e continuou em guerra interna. Ao mesmo tempo, a grande expansão do comércio exterior americano, fornecendo diretamente para as potências europeias e substituindo-as nas relações comerciais com outros países, foi uma das alavancas que permitiram os “loucos” anos 20, onde a economia americana cresceu a altas taxas, antes de colapsar em 1929. Já em países periféricos, como o Brasil e a Argentina, a súbita falta dos produtos industriais europeus possibilitou o surgimento de indústrias embrionárias.

## O sonho de um mundo de paz pela impossibilidade da guerra lucrativa

Depois de Hiroshima e Nagasaki, a guerra em larga escala entre as potências foi considerada proscrita. A guerra fria e sua doutrina de Destruição Mútua Assegurada, apropriadamente denominada MAD em inglês, se caracterizou pela criação de um mundo bipolar, em que a maioria das guerras refletiam esses polos na periferia econômica. Na década de 90, após a desarticulação do bloco soviético, o mundo unipolar



americano não ficou isento de guerras, pelo contrário, o intervencionismo direto, abrandado na década anterior, retornou em larga escala e a utopia de uma “Paz Americana” se viu rapidamente abalada. O *Hegemon* único esteve envolvido em constantes conflitos locais de pequena ou grande escala.

No século XXI começou-se a se criar uma percepção de que a guerra entre países com objetivo de domínio territorial era uma coisa do passado, por ser, teoricamente, antieconômica nas novas conjunturas. Parafraseando Yuval Harari, no seu best-seller *Sapiens*, o que adiantaria a China conquistar uma Califórnia semidestruída após uma campanha militar, em que conseguisse contornar a MAD, se o que poderia interessar aos chineses na costa oeste americana seriam as propriedades intelectuais e o *know-how* americano, que não conseguiriam controlar por uma anexação de território? Como as sociedades chinesa e americana conseguiriam resistir ao imenso baque que um bloqueio comercial mútuo iria causar em suas economias altamente interligadas?

Mas se durante os dez anos anteriores, a guerra territorial pareceu ineficaz, em 2014 aconteceu a bem-sucedida invasão russa da Crimeia, militarmente não contestada pelo Ocidente. E então chegamos a 2022, ano em que a Rússia, pensando em repetir o êxito de 2014, resolveu que a aceitação dos vetos do Ocidente não era mais viável e que a guerra híbrida não era suficiente para resolver os impasses existentes e invadiu maciçamente a Ucrânia. Porém, o conflito se tornou um grande impasse, com muitas baixas militares para ambos os lados e exércitos quase paralisados. A guerra teve impactos imediatos nas cotações internacionais de grãos e energia, que ainda estão repercutindo e transformando economias pelo mundo.

Logo no ano seguinte, Israel, em reação ao maior atentado da história contra a sua população, resolve destruir toda a infraestrutura de Gaza, em busca de uma “solução final” para o terrorismo do Hamas. Em 3 meses de intensos bombardeios avanços de infantaria, os israelenses afirmam ter eliminado em torno de 5 mil combatentes do Hamas, com baixas de algumas dezenas de seus sol-

dados, mas são acusados de massacrar uma imensa quantidade de população civil, com aproximadamente 25 mil civis mortos. Para efeito de comparativo, em 2 anos de guerra na Ucrânia, a imprensa informa centenas de milhares de baixas militares, de ambos os lados, e em torno de 10 mil civis mortos, a grande maioria ucranianos. Essa disparidade, que evidencia um total desinteresse israelense em relação à sobrevivência da população palestina, este descalabro humanitário, para os padrões das relações internacionais do século XXI, gerou uma grande tendência de internacionalização do conflito, sendo os ataques a navios mercantes no Mar Vermelho pelos Houthis, grupo dissidente iemenita, e a imediata reação americana e inglesa os eventos de maior impacto ao comércio internacional até agora.

### **Crise = risco + oportunidade (leitura analítica do ideograma chinês)**

Se essas guerras em curso trarão benefícios econômicos aos seus promotores, mesmo que militarmente vitoriosos, ainda não podemos saber, mas o que podemos verificar é que existem muitos tipos de guerras, de bloqueios e de correlações de força. Aparentemente a “bomba dólar”<sup>5</sup>, tentativa americana de inviabilizar o comércio exterior russo, com a exclusão do país dos sistemas de transações com dólar, como o Swift, foi altamente ineficaz. Pois a economia russa se mantém relativamente estável. Por outro lado, quando a Rússia resolveu realmente bloquear as exportações marítimas da Ucrânia, fechando o corredor marítimo estabelecido anteriormente no Mar Negro, os impactos foram imediatos, evidenciando que um bloqueio respaldado por ações militares concretas pode ser extremamente mais efetivo.

A dependência europeia, em particular



alemã, do gás russo transformou esse bloqueio econômico de total em parcial. Os russos contornaram os bloqueios ocidentais, por meio de economias efetivamente neutras, como as da Índia e da China, que obviamente se beneficiam economicamente destas oportunidades.

O uso quase militar das instituições financeiras e do dólar, pelos americanos, na Guerra da Ucrânia trouxe renovado interesse na viabilização de outras moedas nos intercâmbios entre os países em iniciativas como a dos Brics. Assim como, ao tornar evidente a fragilidade alemã, ao depender fortemente da Rússia na sua matriz energética, a mesma guerra viabilizou politicamente os custos da busca de alternativas energéticas. Esses exemplos mostram como, ao serem exercidos diretamente, de forma explícita, os sistemas econômicos de controle político internacionais tendem a se desgastar e se tornar progressivamente menos eficientes.

\* É editor na Arquimedes Edições e mestrando em Economia Política Internacional pelo Pepi/UFRJ.

1 De 170 milhões em 1914 para cerca de um milhão em 1916. Aloisio Teixeira em *Estados Unidos: a 'curta marcha' para a hegemonia*, 1999.

2 De 824 milhões para mais de 3 bilhões, no mesmo período, *idem*.

3 HOUSE. Edward, *The intimate papers of Colonel House: Vol 2*, 1928, p. 73.

4 Conceito apresentado pelo argentino Raul Prebisch em 1949.

5 TEIXEIRA. Hernani. *Sanções contra a Rússia: bomba-dólar, desglobalização e geopolítica*, 2022.



## Desafios da economia global diante da escalada de conflitos armados no pós-pandemia

Roberto Alexandre Zanchetta Borghi\*

■ Os acontecimentos mundiais pós-pandemia revelam-se preocupantes. Mecanismos de cooperação internacional e reforço das instituições multilaterais que poderiam ser esperados após a devastadora pandemia de Covid-19, que somava mais de sete milhões de mortes até o início de janeiro deste ano, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), e que agravou as desigualdades sociais em todo o planeta, cederam lugar para algo completamente distinto, que coloca em dúvida uma recuperação econômica e social rápida e sustentável.

Observa-se, em contrapartida, um recrudescimento dos conflitos armados mundo afora. Muitos desses conflitos se arrastam por anos e possuem raízes históricas, mesmo antes da pandemia, embora tenham ganhado mais força no contexto recente. Há praticamente dois anos, estende-se o conflito entre Rússia e Ucrânia, agravado pelas repercussões sobre a saída de Moscou do tratado sobre testes de armas nucleares e pela realização dos maiores exercícios militares por parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em décadas. Eleva-se a tensão entre Israel e Palestina, explicitando uma enorme crise humanitária. No Oriente Médio, ainda, verificam-se tensões crescentes no Lêmen e no Mar Vermelho, assim como entre Irã e Paquistão. Ao mesmo tempo, reforça-se a presença americana e de aliados ocidentais na região. Na Ásia, a disputa entre China e Taiwan ganha novos capítulos e as ameaças também se intensificam. Na África, a guerra civil no Sudão exacerba tragédias humanas com a morte de civis inocentes. E, mesmo próximo, na América Latina, esboça-se um conflito entre Venezuela e Guiana sobre a região de Essequibo e amplia-se a tensão gerada pelos narcotraficantes no Equador.

Esses movimentos têm ganhado destaque na mídia nacional e internacional, reiterando as preocupações com seus desdobramentos de diferentes perspectivas. Do ponto de vista humano, sublinha-se o potencial de catástrofe que tais conflitos possam gerar, para além das perdas de vidas humanas, afronta aos direitos humanos internacionais e crises migratórias que já provocaram. Do ponto de vista militar e geopolítico, reforça-se o poderio bélico das nações em torno da reconfiguração da ordem internacional, de caráter mais multipolar, induzindo a uma corrida armamentista que pode se mostrar desmedida, e reduz-se o espaço da capacidade de diálogo entre grandes potências para assumir posição conjunta sobre o encaminhamento de temas fundamentais na agenda mundial para os próximos anos e décadas, como da paz mundial, da segurança alimentar e das questões ambientais e do clima. Do ponto de vista social, acentuam-se as desigualdades e a vulnerabilidade de povos e classes sociais historicamente oprimidos. Do ponto de vista ambiental, uma agenda crucial para o futuro das nações e da humanidade pode ser relegada a segundo plano nas negociações internacionais, caso a escalada armamentista se intensifique ainda mais.

Se isso não bastasse, do ponto de vista econômico, delineiam-se também grandes desafios, inclusive no curto prazo. As repercussões dos conflitos armados, que se somam aos efeitos remanescentes provocados pela pandemia, podem ser sentidas de diversas formas: na cadeia de suprimentos, no crescimento econômico, nos preços das *commodities*, na inflação global e nas finanças mundiais. Ou seja, de várias perspectivas – comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira –, inúmeros efeitos podem ser desencadeados a partir da escalada des-



ses conflitos e de outros que venham a surgir na ausência da razão e do diálogo.

Vejamos alguns desses efeitos econômicos potenciais. O comércio global mostra dificuldades em retomar a pujança pré-pandemia diante de maiores incertezas e do resgate de medidas protecionistas. É bem verdade que o acirramento da disputa comercial e tecnológica entre Estados Unidos e China se reflete na forma de estruturação das cadeias globais de valor. Uma relação simbiótica de décadas entre ambos os países cede cada vez mais espaço para questionamentos de um lado e de outro sobre seus distintos interesses. Não à toa, explicita-se em documentos oficiais americanos e de aliados ocidentais a preocupação sobre o controle e direcionamento de cadeias produtivas estratégicas, sob o argumento de segurança nacional e ampliação da resiliência das cadeias domésticas de suprimentos em determinados setores, como de energia, semicondutores e de saúde.

Do ponto de vista produtivo, isso pode reforçar um conjunto de investimentos nacionais para liderar setores estratégicos, como os mencionados, diante de uma corrida tecnológica e em meio a uma transição energética. Em contrapartida, pode prejudicar investimentos transfronteiras, sobretudo para as economias periféricas geopoliticamente não alinhadas, o que exige cautela acerca da política externa de tais economias. As eleições americanas deste ano tendem a cumprir um papel decisivo nos rumos dessas questões.

A isso se entrelaça a dimensão tecnológica, que também rebate na questão militar e na ampliação de gastos bélicos, seja para produção, seja para inovação. Apesar de algum impulso de demanda que isso possa dar, o caráter armamentista destrutivo e o contexto incerto que se cria tendem a limitar o crescimento econômico, como já se observa nos últimos anos, com previsões para um crescimento mundial em declínio. De acordo com estimativas do Banco Mundial, as previsões de crescimento global para 2024 são de 2,4%, marcando o terceiro ano consecutivo de desaceleração econômica, após registrar 2,6% em 2023, 3,0% em 2022 e 6,2% em 2021, naquele momento



apontando para uma recuperação decorrente das medidas de expansão econômica global adotadas adiante da pandemia.

Do ponto de vista monetário e financeiro, coloca-se uma outra corrida, pela diversificação das oportunidades de alocação da riqueza e por sua denominação para além de uma única moeda. É inegável o papel que o dólar cumpre no sistema monetário e financeiro internacional, sobretudo como reserva de valor, fruto do poderio da moeda e das armas dos Estados Unidos. Contudo, o cenário descrito e as manifestações de sanções ocidentais, por exemplo, sobre a Rússia, já impulsionam alternativas para a manutenção da riqueza privada. Isso se confunde com o próprio processo de internacionalização de outras moedas, como o renminbi chinês, que ganha espaço nesse contexto. Ao mesmo tempo, isso se reflete também nos fluxos internacionais de capitais, que podem se tornar mais seletivos e exigir prêmios de risco mais elevados, pressionando as taxas de juros e as taxas de câmbio dos países, especialmente na periferia do sistema.

Somam-se a isso os riscos de nova elevação dos preços mundiais de *commodities* e de energia, como observado em 2022 a partir do conflito entre Rússia e Ucrânia. Se, por um lado, isso favorece países exportadores de *commodities* por meio da ampliação de seus saldos comerciais, por outro, impõe au-

mento de custos de produção e pressão nos preços, por exemplo, de alimentos. Uma escalada de conflitos no Oriente Médio pode ser ainda mais desconcertante, pois poderia pressionar os preços internacionais do petróleo e, conseqüentemente, a inflação dos países, que por ora segue trajetória de arrefecimento. Isso, por sua vez, poderia levar a uma nova rodada de aperto monetário, isto é, retomada de taxas de juros mais elevadas e, portanto, um cenário de crescimento econômico ainda mais debilitado.

Logo, é sobre um tabuleiro geopolítico bastante complexo e movediço que caminham as principais potências mundiais recentemente. Seus posicionamentos e ações exigem muita cautela, uma vez que podem exacerbar uma situação já delicada, agravada pela sobreposição de problemas vivenciados na economia global nos últimos anos. Conseqüentemente, os impactos econômicos e sociais podem se mostrar ainda mais severos, com rápida transmissão para o mundo como um todo, penalizando com maior intensidade países, povos e grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade.

*\* É professor associado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e atual coordenador do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri) da mesma instituição. Doutor pela Universidade de Cambridge, no Reino Unido. E-mail: razb@unicamp.br.*



# O empate catastrófico no mundo contemporâneo e as guerras

Carlos Eduardo Martins\*

■ O sistema-mundo contemporâneo provavelmente entrou em um período de caos sistêmico e o imperialismo dos Estados Unidos não tem mais condições de estabilizá-lo. Desde os anos 1980, os Estados Unidos apostaram na estratégia neoliberal de financeirização e deslocalização produtiva para conter as pressões de sua classe trabalhadora sobre a taxa de lucro. Elevaram dramaticamente a desigualdade, a curva de produtividade se descolou da curva de salários, destruíram grande parte da força sindical dos trabalhadores, mas o resultado do ponto de vista do Estado foi o declínio tecnológico, o endividamento crescente e o parasitismo. Ancorar a geração de riqueza na expansão do capital fictício e na especulação tem limites. Não se pode suprimir completamente a competição da economia mundial. Estamos assistindo à transição do imperialismo informal neoliberal para um imperialismo político, que Giovanni Arrighi chama de imperialismo *tout-court*, pelo qual os Estados Unidos buscam controlar e destruir as pressões competitivas da economia mundial ao tentar submetê-las à força do seu Estado. Tal iniciativa leva à multiplicação de conflitos em regiões estratégicas, que se tornam crônicos e sem solução, podendo evoluir para guerras mundiais em razão do desenvolvimento exponencial das forças centrífugas diante do vértice em declínio.

A guerra na Ucrânia representa a tentativa de os Estados Unidos frustrarem a criação de um eixo geoeconômico e geopolítico eurasiático centrado na articulação entre China, Rússia e Alemanha. Ela obedece a duas grandes motivações: a) as geopolíticas, voltadas para impedir que a Rússia se converta em espaço estratégico de articulação da Nova Rota da Seda entre China e Europa, atuando como fornecedora de petróleo, gás, alimentos e

armas e como corredor de transporte. O golpe de Estado na Ucrânia e as sanções estabelecidas contra a Rússia não foram capazes de evitar a sua aproximação da Europa Ocidental. Foi necessário estabelecer um ambiente de exceção permanente por meio da guerra para que os laços econômicos e políticos fossem suspensos e destruídos. O grande obstáculo para viabilizar uma solução negociada do conflito entre as partes é que a paz poderia restabelecer o ambiente favorável à construção geoeconômica da Eurásia, o que provoca resistências nos Estados Unidos, que substituíram as políticas internacionais de desenvolvimento pelas de austeridade, não tendo como contrabalançar o eixo gravitacional asiático; e b) as vinculadas a práticas monopolistas em benefício de frações do capital estadunidense, que se manifestam no objetivo de excluir a Rússia principalmente da disputa pelos mercados mundiais de petróleo e gás e de armas.

O conflito entre Estados Unidos e Otan, de um lado, e Rússia, de outro, marca uma nova etapa na era das guerras, muito distinta dos padrões estabelecidos durante a Guerra Fria ou na globalização neoliberal. Na Guerra Fria, a doutrina da contenção propunha-se a atuar em espaços estratégicos e cirúrgicos do sistema mundial para preservar a balança de poder contra o risco de revisionismos. Como os Estados Unidos tinham clara vantagem na liderança produtiva, financeira e militar, isso lhes permitia restringir a forma mais extrema da política de contenção, isto é, o emprego de força militar, a espaços limitados da periferia e semi-periferia. Durante a globalização neoliberal, os Estados Unidos se pretenderam uma potência unipolar e substituíram a teoria da balança de poder pelo universalismo liberal e a política de mudança de regime. A via militar da mudança de regime foi aplicada tipicamente em regiões da periferia dotadas de recursos e/ou localiza-



ção estratégicas como o Afeganistão, Iraque e Líbia, enquanto as formas políticas, econômicas e ideológicas de persuasão dominaram as estratégias para potências médias ou emergentes como a Rússia e a China. Todavia, a dinâmica produtiva da economia mundial se projetou em direção contrária às pretensões de unipolaridade. O deslocamento do dinamismo tecnológico mundial para a China a permitiu romper com uma política internacional de especialização complementar a das grandes corporações transnacionais norte-americanas, lançar um projeto de disputa da fronteira tecnológica e reorientar sua política externa para promover processos de desenvolvimento orientados para a Eurásia e para o Sul Global. A balança do poder mundial passou a se inclinar em direção contrária ao poder ultramarino estadunidense, mostrando a inadequação das políticas de mudança de regime da globalização neoliberal e de contenção da Guerra Fria, que partiam do suposto de que aquela se inclinava no tempo em favor dos Estados Unidos e diminuiria os gastos em coerção para promovê-la.

A transição do imperialismo informal para o imperialismo *tout-court* estadunidense busca orientar as políticas de mudança de regime para formas mais duras e estendê-las para as potências e polos emergentes que aceleram as mudanças na balança de poder e se organizam para reestruturar a ordem internacional. A elevação dos gastos militares para restabelecer a ordem unipolar chocou-se com a aceleração das forças centrífugas que a ultrapassam e que se manifestam em rivalidades crescentes e na formação de novos blocos históricos que multiplicam as capacidades individuais e fortalecem as tendências à multipolaridade. Choca-se também com os limites que a financeirização impõe à economia norte-americana. Desde a crise de 2007-08, quando se ampliou drasticamente a dívida pública nos Estados Unidos, o país vem perdendo dramaticamente a vantagem em gastos militares frente aos concorrentes. Se em 2008, China e Rússia representavam apenas 18,5% dos gastos militares da potência anglo-saxã, em 2020 atingiam 45,4%. As restrições orçamentárias reduziram os gastos em defesa nos Estados Unidos de 4,7% do PIB em 2008 para 3,2% em 2022, em que pese a elevação desde Donald Trump.

Os custos da governabilidade global se elevam acima da capacidade militar e o emprego da força pode favorecer insurreições, rebeliões e processos revolucionários e acelerar a polarização do sistema mundial em dois eixos contrapostos: o do imperialismo ocidental, liderado pelos Estados Unidos e a Otan, e o anti-imperialista e multipolar, articulado por China, Rússia e pelos Estados anfibios do Sul Global, com forte capacidade para vincular as grandes massas terrestres e demográficas de seus espaços regionais a redes marítimas, aéreas e informacionais intercontinentais. O bloco anti-imperialista e multipolar pode se estender aos países centrais, em razão da forte presença de descendentes ou imigrantes do Sul Global, da elevação da desigualdade e imposição da superexploração do trabalho sobre as populações caucasianas na Europa e Estados Unidos, principalmente jovens.

A hesitação do imperialismo liberal em acelerar a transição para o imperialismo *tout-court* abre o espaço para a ofensiva fascista, mas a sua grande debilidade é a dificuldade de produzir uma economia política que lhe sustente e apresente resultados sólidos. Os movimentos insurrecionais observam a redistribuição mundial de capacidades e as limitações do poder imperialista para exercer o domínio, restringido por uma situação de empate catastrófico, e tomam a iniciativa. A política externa norte-americana passa a ser disputada por três eixos: o liberal, que realiza uma transição hesitante para uma política de dominação; o neoliberal ortodoxo, que coloca as preocupações fiscais e financeiras acima da política de dominação global; e o fascista, que busca retomar o protagonismo que a economia política militar teve nos anos 1950-60. A dificuldade de cada uma dessas vias para gerar resultados que impeçam o declínio do poder norte-americano produz indecisão entre as lideranças políticas. Personagens que valorizam o improviso e o oportunismo, como Trump, movem-se com vantagem para realizar combinações contingenciais em contexto de crise de padrões.

O ataque realizado pelo Hamas em Israel evidencia a fragilidade política, militar e ideológica do imperialismo e acelera os processos de confrontação onde sua dominação se

torna mais evidente quando assume a forma de expropriação territorial e de opressão nacional e étnico-racial. Temeroso de uma escalada do conflito que envolva amplamente o Oriente Médio e se mundialize, provocando explosões de massa em países com forte presença de população de origem árabe, o imperialismo se vê relativamente paralisado e incapaz de usar decisivamente a sua superioridade militar. A ofensiva subimperialista de Netanyahu para impor o projeto da grande Israel através do genocídio, da limpeza étnica e do extermínio da Palestina, a pretexto de garantir a segurança do Estado sionista e motivada por um mal disfarçado plano de se apropriar e explorar as reservas de petróleo no Mar de Gaza, aumenta dramaticamente a escalada de conflitos na região e torna incerto o alcance de seus objetivos. O Hamas terminou por aumentar fortemente a sua popularidade e a capacidade de recrutar militantes e aliados, o que torna improvável o objetivo de destruí-lo. Multiplicam-se os ataques das milícias houthis às bases norte-americanas no Oriente Médio e, no Mar Vermelho, a navios cargueiros estadunidenses, britânicos e vinculados ao poder sionista. Vai se restabelecendo o fantasma do Vietnã, quando a vantagem militar não foi suficiente para dar a vitória na guerra, pois os custos políticos se tornaram os mais importantes.

O mundo contemporâneo, espremido em sua capacidade de criação pelo imperialismo, ainda não esgotou o seu potencial para gerar tragédias. Chama a atenção a convocação de reservistas pela Otan e os seus planos de uma guerra de 20 anos com a Rússia. A luta pela paz torna-se a questão central da humanidade no século XXI, mas contraditoriamente só terá chances de alcançar resultados substantivos quando a consciência da grande maioria dos seres humanos, alimentada pelo risco que o imperialismo representa, encontrar as formas organizativas de paralisá-lo e superá-lo. Ou inventamos ou erramos: as vitórias do passado são um guia importante para o futuro, mas são também insuficientes.

*\* É professor associado da UFRJ e pesquisador do Clacso. Realizou doutorado em Sociologia na USP e pós-doutorado no Arrighi Center For Global Studies. É co-organizador e coautor de Hacia la Tercera Guerra Mundial?, Viejo Topo, 2024.*



# O que não existe mais

Rogério Naques Faleiros\*

■ O título deste breve artigo, em alusão ao romance escrito pelo ótimo Krishna Monteiro, busca identificar os erros de percepção e diagnósticos quando somos tomados por um irremediável pecado, qual seja, o anacronismo, cuja definição corresponde ao ato de atribuir a uma época ideias, juízos e sentimentos que pertencem a uma outra quadra histórica, processo que, como regra, é acompanhado pela solidão, pela melancolia e pela constante sensação de desajuste. Este parece ser o anátema de nosso tempo: caminhamos para o futuro com a cabeça no passado.

Os Estados Unidos da América e seus asseclas da Europa Ocidental (enfim, o “Otanistão”, no genial neologismo de Pepe Escobar) parecem mover-se a partir da premissa de uma incontrastável hegemonia, cingida entre 1898 (Guerra Hispano-Americana) e o Consenso de Washington, marco ególatra do neoliberalismo anti-humano, situados na centúria na qual os EUA venceram duas guerras mundiais e comandaram o mundo em seus aspectos produtivo, cultural, financeiro, monetário e militar, de modo que o “poder de fogo” confundia-se com o “poder do dólar”, impondo uma espécie de *bainian guochi*<sup>1</sup> ao Sul Global: do Iraque à Somália, dos Balcãs às provocações a partir de Taiwan, dos golpes patrocinados na América Latina à Guerra da Coreia, do desmanche da URSS e a capitulação da Rússia à Guerra ao Terror, das manipulações no mercado de petróleo aos muros na fronteira mexicana, o tabuleiro de operações esteve sempre favorável aos *yankees* por um aspecto decisivo: os déficits fiscal e comercial levavam (e ainda levam) o mundo a financiar as suas operações de guerra nos quatro cantos do planeta, sendo decisiva, para isso, a hegemonia do dólar.

O século da hegemonia americana ensinou crescentes rivalidades com o bloco socialista eurasiático, com a China e o Oriente Médio, e mesmo com o bloco de países não alinhados organizados a partir da Conferência de Bandung. O choque dos juros promovido por Paul Volcker em 1979 foi o momen-

to chave do poder estadunidense. Ele drenou significativamente a liquidez mundial e ocasionou a valorização do dólar, ao mesmo tempo em que promoveu a modernização seletiva de seu parque produtivo a baixo custo e exportou crises econômicas mundo a fora. As crises contribuíram com o enquadramento do Japão e da Alemanha, com o estilhaçamento do bloco soviético e com um contexto dramático na China a partir dos eventos de Tiananmen Square, em 1989. Fora a dura lição imposta à Eurásia, indicando a necessidade de buscar um caminho soberano e original, o que hodiernamente matura-se como o socialismo com características chinesas da Nova Era, na expressão cunhada por Xi Jinping, e na aproximação da potência oriental com a Rússia, em eixo de poder que rivaliza com o Otanistão em sua estratégia de guerra permanente, redundando nos recentes conflitos que se desenrolam na Ucrânia e no território palestino.

Há várias camadas de problemas nestes eventos bélicos: i) a crise econômica mundial, acentuada pela pandemia, tem escancarado as dificuldades do Ocidente e do Japão no atual contexto. Após décadas de crescimento medíocre, os países ditos “desenvolvidos” se veem prostrados, e já sentem a concorrência chinesa em setores da economia altamente intensivos em P&D que tradicionalmente dominaram, como o de microchips, microeletrônica, *big data* e automotivo (notadamente no que se refere à eletrificação); ii) a crise é particularmente dramática na Alemanha, em face da alta do custo de energia, deflagrada pela guerra e pelas sanções impostas à Rússia, que, como resposta, reduziu significante o fornecimento de gás natural à Europa Ocidental. A nova correlação dos preços de produção levou o outrora potente *export drive* alemão à estagnação. Ademais, sem um claro projeto de transição energética, os setores de carros a combustão, a indústria química e a siderurgia padecerão. A questão é particularmente problemática quando observamos os seus efeitos de propagação em toda União Europeia, arrastando consigo a França, a Itália e quase todas as economias desta zona



econômica; iii) a Rússia já venceu a guerra contra a Ucrânia, e, por tabela, apresentou ao mundo arsenal militar de última geração (jatos e mísseis de longo alcance). Zelensky já foi atirado à própria sorte e resta agora observar os termos de rendição. As sanções impostas pelo Ocidente não surtiram os efeitos desejados e a exclusão do sistema de pagamentos internacionais via Swift apenas acelerou o *Financial Tech* russo e chinês na busca de alternativas à dolarização da economia mundial. De quebra, Vladimir Putin goza de elevada aprovação popular e o ano de 2024 marcará a presidência russa nos Brics ampliado, já incorporando Irã, Arábia Saudita, Etiópia, Emirados Árabes Unidos, Egito e provavelmente, no futuro, a Venezuela. A linha de comando certamente será partilhada com Xi Jinping, que habilmente vem tentando viabilizar as novas rotas da seda marítima e terrestre, bem como um poder financeiro alternativo a Nova Iorque, Londres e Bruxelas, voltado ao Sul Global. Deve-se observar que este movimento das “placas tectônicas” que está ocorrendo nos marcos de uma transição hegemônica passa ao largo da grande imprensa econômica brasileira, cujas principais mentes foram crucificadas na cantilena do equilíbrio fiscal e do liberalismo. Triste.

Particularmente complexa é a situação dos sanguinários conflitos na Faixa de Gaza. Regionalmente, a histórica presença americana e britânica causou o caos, ao alinhar-se à perene política de genocídio israelense e ao indefensável massacre de civis depauperados. O conflito vai se alastrando aos países circunvizinhos, envolvendo o Líbano, o Irã e o Paquistão, trazendo contornos imprevisíveis à situação, dado que passou a envolver potências nucleares. Em termos econômicos, a União Europeia vê-se enclacrada também por este flanco, dada a dependência de sua matriz energética de combustíveis fósseis advindos da região. Pressionada pela inflação de custos, pela queda da atividade econômica e pela desindustrialização, a Europa vive crise social crescente, revivendo-se lá as sementes do fascismo. Os EUA também acusaram o golpe e estão cada vez mais desfalcados de seus aliados históricos e parceiros comerciais relevantes, assim como também enfrentam problemas com uma



transição energética errática e com questões sociais que parecem não ter fim. Ademais, é claro o esgotamento das instituições ditas multilaterais por eles criadas para orquestrar o mundo, e a ONU, o FMI e *tutti quanti* simplesmente não conseguem responder aos desafios do presente e do futuro, visto que olham para um passado que não existe mais.

A situação do Oriente Médio, como de toda a Eurásia, constitui um verdadeiro batismo de fogo ao *soft power* chinês. As questões fronteiriças envolvendo a Rússia e algumas das outrora repúblicas soviéticas, as rivalidades entre xiitas e sunitas polarizadas entre Irã e Arábia Saudita, que se alastram por toda a região, e a pendenga histórica entre Índia e Paquistão, não resolvida desde Gandhi e a descolonização, constituem alguns dos desafios a serem enfrentados na região e que precisam ser superados caso Pequim de fato objetive a construção de alternativas para o Sul Global. Não é tarefa fácil.

No umbral da transição hegemônica, o passado insiste em permanecer e as diretrizes para o futuro ainda não foram construídas. É neste momento que o anacronismo ganha força e constitui lente míope pela qual os donos do poder observam o mundo. Neste quadro, os dilemas vão se somando: como levar a cabo a transição energética se estamos presos ao dogma dos orçamentos equilibrados, cuja ideia e prática levam água ao moinho da financeirização da riqueza e da desigualdade

social? Como reconstruir a economia mundial sobre outras bases sem uma guerra? Quem será capaz de garantir sua própria soberania energética e alimentar em face das mudanças climáticas em curso? Seria o Império do Meio capaz de mediar conflitos em escala mundial e dotar a economia de algum “Norte”? Muito mais perguntas do que respostas, neste mundo que já não existe mais.

### Referências:

- CHAZAN, Guy. Transição verde e energia cara desafiam economia da Alemanha. *Folha de São Paulo*, 03 de janeiro de 2024.
- LUFT, Gael & KORIN, Anne. *De-dollarization: The revolt Against the dólar and the raise of a new financial world order*. 2019.
- MONTEIRO, Krishna. *O que não existe mais*. São Paulo: Tordesilhas, 2015.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2022.

\* É professor associado IV do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e do Programa de Pós-graduação em Política Social. Exerceu o cargo de diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas CCJE-Ufes (2013 e 2020) e de pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Ufes (2020 e 2023).

1 Expressão chinesa que significa “século de humilhação”, utilizada para ser referir ao período entre 1839 e 1949, em que a China sofreu com o imperialismo japonês e ocidental.



# As guerras, o mundo em transição, o dilema europeu e o lugar do Brasil

Ticiania de Oliveira Alvares\*

■ O ano de 2024 marca uma década do início da guerra entre Rússia e Ucrânia, e o mês de fevereiro completa dois anos do início da Operação Militar Especial russa contra a Ucrânia. Considera-se o início dos conflitos entre os dois países o ano de 2014, com a onda de violência na Ucrânia que depôs o presidente pró-Rússia Viktor Yanukovich e colocou no seu lugar um governo ultranacionalista, episódio conhecido como “*Euro-maidan*”. O acontecimento foi considerado a nova Revolução Laranja e teve como consequência a anexação da Crimeia pela Rússia e a primeira onda de sanções contra o país. Trata-se de um marco importante para o aprofundamento da chamada “virada a leste russa” e da parceria estratégica sino-russa, que são o *core* do projeto de integração eurasiática e da transição multipolar, e se desdobram na expansão da Organização para Cooperação de Xangai, na Opep+, no Brics+ e nas Novas Rotas da Seda.

Esse breve artigo tem por objetivo relacionar esse cenário de transição de poder mundial, suas principais consequências e dilemas para a Europa e as oportunidades para o Brasil nesse novo contexto.

A tentativa de entender a Guerra na Europa e o mundo atual e seus impactos deve levar em consideração esse conflito prolongado na Ucrânia. Ou ir mais longe, até o fim da Guerra Fria, a dissolução da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, o compromisso de não expansão da Otan a leste e o início do mundo unipolar.

A chamada *pax americana* e o mundo unipolar colocaram as estratégias nacionais em função da geopolítica determinada por Washington. A fim de tentar entender os dias atuais, destacamos duas estratégias que nos levam às guerras do presente: na

Europa, entre Rússia e Ucrânia; e no Oriente Médio, que inclui Gaza e as tensões com Irã e o Lêmen. Ambas as guerras geram fortes impactos sobre a Europa.

A primeira estratégia foi traçada por Nicholas Spykman e George Kennan e diz respeito ao cerco estratégico à Rússia. A ideia vem do pensamento geopolítico clássico de evitar uma aliança entre o poder terrestre e as bordas marítimas, da Rússia à Europa, particularmente a Alemanha. A solução seria um cordão de isolamento, estratégia traduzida na dissolução da União Soviética e na formação de pequenos Estados que pudessem ser atraídos para a influência ocidental. A segunda é mais recente, se expressa na Guerra ao Terror, a partir de 2001, que tem por objetivo controlar o Oriente Médio e, sobretudo, seus recursos estratégicos. Ambas as estratégias geraram sucessivos conflitos, sejam guerras tradicionais, com uso do poder militar americano ou de seus aliados, seja outros tipos de guerras, como as chamadas guerras híbridas e as guerras econômicas.

No atual estágio da transição de poder mundial, pode-se perceber que a Europa vive fortemente os impactos desses conflitos, de diferentes formas. Ficou espremida entre a recuperação russa, a expansão chinesa e a luta pela manutenção do poder americano, com um papel coadjuvante e subordinado. Não é objetivo deste artigo ater-se à expansão chinesa, mas é importante observar que a parceria sino-russa é um dos elementos centrais para entender a transição multipolar (ALVARES, 2020).

A projeção internacional russa é parte constitutiva da sua estratégia nacional, e por isso, os recursos energéticos russos são um importante instrumento de barganha da sua política externa. De acordo com Fiori, “os governos de Vladimir Putin e de Dmitri Medvedev lograram transformar o petróleo



e o gás russo nos seus dois principais instrumentos de projeção do poder da Rússia, na Europa e na Ásia.” (FIORI, 2017).

Aproveitando-se do problema de segurança energética na Europa e da crescente necessidade de acesso aos recursos energéticos pelas potências asiáticas, a Rússia se posicionou na geopolítica dos dutos e buscou colocar-se como uma “ponte energética” (FIORI, 2017) na Eurásia. Atua para contrabalançar as iniciativas ocidentais de controle dos fluxos energéticos, em especial na Ásia Central e no Oriente Médio. O Projeto Nabucco<sup>1</sup> e as disputas na região do Cáucaso exemplificam as investidas geopolíticas pelos recursos energéticos na região. O país chegou a garantir o controle do fornecimento do gás à Europa, materializado pela construção do gasoduto Nord Stream 2, o que representou uma vulnerabilidade para o continente e para a Alemanha, em particular, e um forte instrumento da política externa russa. Não à toa, o projeto foi alvo de boicote permanente pelos Estados Unidos e sofreu sabotagem em setembro de 2023.

As recentes resoluções envolvendo as metas para redução da emissão de gás carbônico na Europa estabelecidas pelo Acordo de Paris (2015) aumentaram ainda mais a demanda pelo gás natural, em detrimento de outras fontes mais poluentes.

Agora, com o conflito europeu, essa questão se tornou ainda mais latente, uma vez que se por um lado, explícita a necessidade de acelerar o desenvolvimento de novas rotas tecnológicas em direção à transição energética, por outro, fez a Europa retomar o uso de fontes fósseis, como o carvão, para garantir o abastecimento interno. A dependência deixa a União Europeia em uma posição ambígua: por um lado apoiam as sanções contra a Rússia e por outro, dependem no curto prazo do país para o abastecimento de gás e para a garantia da segurança energética.

Desde pelo menos o marco decenal dos conflitos com a Ucrânia que derrubaram o presidente Viktor Yanukovich, a Rússia vem se preparando para não ter mais sua economia tão dependente do dólar americano e da Europa. Dentre as medidas, destacam-se o desenvolvimento interno dos setores estra-



tégicos, de um lado, a ampliação das relações com o Sul Global de outro, incluindo a diversificação das transações comerciais em moeda local, sobretudo no comércio dos seus recursos energéticos, a substituição de reservas internacionais em dólar para outras moedas e para reservas em ouro. O estrangulamento imposto pelas sanções americanas que derubaram a economia russa em 2014 e a iranianana em 2012 e 2018 não tiveram o mesmo efeito em 2022 e 2023, quando as sanções foram ainda mais intensas, incluindo a retirada da Rússia do sistema de transações internacionais (Swift). Pelo contrário, mostraram uma capacidade de resiliência que o Ocidente não foi capaz de prever.

O PIB russo caiu apenas 2,1% em 2022 e teve uma das taxas de crescimento mais altas do mundo em 2023, de 3,5%, e um crescimento industrial de 9,4% entre março e agosto de 2023. Além disso, o comportamento dos bancos surpreendeu ainda mais. Segundo o Banco Central do país, os bancos russos geraram 3,3 trilhões de rublos, o equivalente a 37 bilhões de dólares em 2023, um aumento de cerca de 16 vezes em relação a 2022. O FMI estima um crescimento de 2,6% para a economia russa no ano

de 2024, segundo matéria do jornal Financial Times.

Assim, a grande prejudicada pelos embargos impostos com a Guerra na Ucrânia foi a Europa Ocidental, particularmente a Alemanha, que viu sua segurança energética comprometida com o fechamento do recém inaugurado Nord Stream II, que ligava diretamente a Alemanha à Rússia pelo Mar Báltico.

Outro efeito da Guerra foi o abastecimento de produtos alimentares, atingindo a Europa como compradora de trigo e de óleo de girassol da Ucrânia. Sendo Rússia e Ucrânia grandes ofertantes mundiais de alimentos, em especial trigo, milho e fertilizantes, a guerra impactou fortemente a oferta mundial, provocando uma alta recorde dos preços em 2022, segundo o índice de preços de alimentos<sup>2</sup>, medido pela FAO (Food and Agriculture Organization). O índice atingiu 147 pontos, um crescimento de quase 50% em relação ao ano de 2020, puxados pelos preços dos cereais (incluindo milho e trigo) e pelos óleos vegetais, em especial o óleo de girassol, que a Ucrânia era a principal produtora. Em 2023, os preços tiveram uma queda importante em relação ao ano anterior, atingindo 124 pontos (queda

**Tabela 1: volume de óleo e gás transportados pelo Mar Vermelho**

	2018	2019	2020	2021	2022	1 sem 2023
<b>Total fluxos de óleo</b>	6.4	6.2	5.3	5.1	7.2	9.2
Óleo cru e condensado	3.4	3.1	2.6	2.2	3.6	4.9
Derivados	3.0	3.1	2.6	2.9	3.6	4.3
<b>Fluxos GNL</b>	3.3	4.1	3.7	4.5	4.5	4.1
<b>Fluxos óleo Estreito Babelmandebe</b>	6.1	5.9	5.0	4.9	7.1	8.8
Óleo cru e condensado	3.0	2.7	2.2	1.9	3.3	4.5
Derivados	3.1	3.2	2.8	3.1	3.8	4.4
<b>GNL BabelMandebé</b>	3.1	3.9	3.7	4.5	4.5	4.5

Fonte: Agência Internacional de Energia, elaboração traduzida própria.

de 15,65%), patamar parecido com o ano de 2021, que contou com os impactos da pandemia. O Brasil, como grande produtor de alimentos, teve um papel importante para esse resultado, assumindo um aumento da produção de milho para exportação.

Agora, com o prolongamento dos ataques israelenses a Gaza, que já vitimaram mais de 24 mil palestinos desde outubro de 2023, a Europa se vê diante de um novo dilema humanitário e econômico. Tornou-se uma questão humanitária porque a desproporção da reação israelense, que já foi denunciada como genocídio pelo Tribunal Internacional de Haia, coloca os europeus na defensiva com relação à defesa dos direitos humanos. E também se converteu em um problema econômico, pois em termos práticos, a reação do grupo Houthis em atacar embarcações mercantes e militares de Israel, Estados Unidos e Reino Unido, além de outras bandeiras, cria riscos para a navegação pelo Mar Vermelho. A instabilidade nessa região faz com que muitas empresas optem por uma rota mais segura, contornando a África em detrimento do Canal de Suez. Essa escolha gera o encarecimento do frete internacional, uma vez que prolonga em cerca de 9 mil km a viagem. O Canal de Suez é a principal ligação da Europa com o Oriente por mar e responde por 10 a 15% do comércio mundial, incluindo as exportações de petróleo; e por 30% dos volumes globais de transporte de contêineres.

Para se ter uma ideia da importância desta rota marítima, a tabela 1 mostra o volume de petróleo e gás transportados anualmente pelo Mar Vermelho até o primeiro semestre de 2023, de acordo com dados da US Energy Information Administration<sup>3</sup>.

A guerra em Gaza também aumenta as tensões no Oriente Médio, podendo desencadear novos conflitos envolvendo importantes atores regionais, como o Irã, e levar a interrupção de novas áreas, como o Estreito de Ormuz, pressionando os preços internacionais do petróleo.

O cenário de “caos sistêmico” descrito por Arrighi (2001) referindo-se às transições de poder, nesse caso da unipolaridade para a multipolaridade, deve ser visto também como uma oportunidade para que o Brasil encontre um novo lugar na hierarquia de poder global. O Brasil possui importantes vantagens comparativas, já que as seguranças energética e alimentar estão no meio desse jogo. É nosso desafio vincular esse potencial a um projeto de desenvolvimento nacional. Além disso, o país já faz parte de importantes arranjos de integração regionais e multilaterais, como o Brics, o Mercosul e a Unasul, e agora a Opep+, tendo um papel de liderança regional e um expoente do Sul Global. Resta definir qual o interesse nacional brasileiro diante dessas oportunidades, para que nosso projeto não esteja, como o europeu tem estado, a serviço e subordinado ao interesse nacional de outras potências.

## Referências

- ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. 2001. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: UFRJ-Contraponto.
- FIORI, J. L. (2017) *O papel do petróleo e do gás no passado e futuro estratégico da Rússia*. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-papel-dope-troleo-e-do-gas-no-passado-e-futuro-estrategico-da-Russia/7/38899>,
- ALVARES, T. O. (2020). *Rússia e China: uma parceria estratégica em busca da multipolaridade*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2020/Dsserta%C3%A7%C3%A3o%20Taciana%20de%20oliveira.pdf>

\* É economista, diretora técnica do Ineep (Instituto de Estudos Estratégicos em Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e mestre e doutoranda em Economia Política Internacional (Pepi-UFRJ).

1 O Projeto Nabucco visa transportar gás natural da Ásia Central para a Europa sem precisar passar pela Rússia; seria uma extensão de redes já existentes, em parceria com a Turquia. O projeto, contudo, não foi concluído e, ao contrário, a Turquia ampliou seu acesso ao gás através do gasoduto russo TurkStream.

2 Disponível em <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>  
3 Os dados de petróleo estão em milhões de barris por dia e de gás estão em bilhões de pés cúbicos por dia.

# Guerra na Ucrânia

Luís Antonio Paulino\*

■ Prestes a completar dois anos, a guerra na Ucrânia segue sem perspectivas de um fim próximo. Depois da fracassada iniciativa da Ucrânia de retomar os territórios no leste do país sob controle da Rússia, a guerra chegou a um impasse e transformou-se em uma guerra de atrito que pode prolongar-se por anos a fio, cujo desfecho dependerá, a médio prazo, da capacidade de cada lado de manter sua capacidade militar. Nesse quesito, a Rússia está mais bem posicionada que a Ucrânia. Os russos conseguiram estabelecer uma economia de guerra capaz de manter um suprimento estável de equipamentos, armas e munições, além de terem uma capacidade superior de mobilização de pessoas. Segundo a revista *The Economist* (14/1), “A Rússia aumentou os gastos militares em 68% este ano, atingindo 6,5% do seu PIB. De acordo com o Ministério da Defesa da Estônia, a produção russa de munições de artilharia atingirá 4,5 milhões de unidades este ano”. Enquanto isso, a Ucrânia depende exclusivamente do fornecimento externo de equipamentos e encontra cada vez mais dificuldade para mobilizar combatentes.

Segundo Oleksiy Arestovych, ex-porta-voz do presidente Zelensky e um dos rostos mais conhecidos da TV ucraniana, agora transformado em um de seus maiores críticos, que planeja concorrer à presidência contra Zelensky nas próximas eleições, disse em entrevista ao UnHerd (15/01): “Quando estava no cargo, ouvi-os dizer que quatro milhões e meio de homens, cerca de metade de toda a população masculina em idade de combate da Ucrânia, evitaram registrar-se no centro de recrutamento, não para efeitos de recrutamento, mas para verificar os seus dados pessoais. Esta é a prova de que a forma como motivamos o nosso povo para a guerra não é bem-sucedida. Agora estamos a tentar recrutar meio milhão de soldados recorrendo sobretudo a uma campanha repressiva e não a uma motivação positiva”. Enquanto is-

so, no lado russo, segundo ele, “quatorze mil recrutas russos chegam todos os meses aos centros de recrutamento e Putin agora não precisa convocá-los. Isto é completamente diferente da situação ucraniana”.

Na medida em que a guerra se prolonga sem avanços significativos para nenhum dos lados, os países-membros da Otan encontram mais dificuldades políticas de continuar a apoiar a Ucrânia com armas e dinheiro. Nos Estados Unidos, um novo pacote de ajuda de US\$ 61 bilhões está parado no Congresso, por conta das críticas dos republicanos aos gastos com a guerra – para eles não faz sentido colocar dinheiro do contribuinte norte-americano em uma guerra esagnada – e divergências internas entre os dois partidos sobre a política de migração na fronteira com o México.

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo* (28/12/2023), “Sem os ganhos esperados, Kiev enfrenta ainda o ceticismo entre aliados de primeira hora, como os Estados Unidos. Em Washington, o Partido Republicano resiste em continuar financiando a guerra. O pacote adicional de US\$ 60 bilhões está travado pelo Congresso e, diante do impasse, o presidente Joe Biden parece ter mudado de tom. Ele, que sempre prometeu apoiar enquanto fosse preciso, disse este mês, ao lado do ucraniano Volodymir Zelensky, que ajudará enquanto puder”.

A União Europeia, por sua vez, não consegue aprovar um outro pacote de ajuda de US\$ 54 bilhões por causa do bloqueio da Hungria, que apoia a Rússia. A disposição em ajudar a Ucrânia entre os países da Europa também não é a mesma. Enquanto a Alemanha já contribui com € 17 bilhões, a França colocou apenas € 0,5 bilhão nas mãos dos ucranianos. Sem novos pacotes de ajuda, a Ucrânia vê seus estoques de armas e bombas se esgotarem e tem dificuldade para manter o esforço de guerra, enquanto a Rússia intensifica seus ataques.

Segunda a revista *The Economist* (14/01), “No auge da contraofensiva de verão da



Ucrânia, o país utilizava cerca de 7.000 bombas por dia, significativamente mais do que os russos. A situação inverteu-se: desde o mês passado, enquanto as forças ucranianas foram racionadas para 2.000 obuses por dia, os russos dispararam cinco vezes esse número”. Falar de um impasse é complacente. O Ocidente enfrenta agora uma escolha, disse Jack Watling, especialista do Rusi, um grupo de reflexão em Londres, no início deste mês. Pode dar à Ucrânia o que necessita, “ou ceder uma vantagem irreversível à Rússia”.

Perante as dificuldades, os Estados Unidos estão mudando sua estratégia em relação à guerra, para desespero de Zelensky, que clama dia e noite por mais armas e dinheiro a ponto de constranger os aliados. A ideia dos norte-americanos agora é focar na defesa dos 80% do território que a Ucrânia ainda domina ao invés de tentar retomar os 20% sob controle dos russos e esperar o fortalecimento da capacidade da indústria bélica ucraniana para que deixe de depender quase que exclusivamente do fornecimento dos aliados.

A Rússia conseguiu uma vitória estratégica importante ao longo desses dois anos, para decepção dos Estados Unidos e seus aliados na Otan. Como destacou Oleksiy Arestovych, na entrevista ao UnHerd, os russos conseguiram mudar o palco político da guerra, transformando-a de um confronto entre Rússia e Ucrânia em um confronto



entre o Norte e Sul Global, conseguindo com isso evitar o isolamento político e econômico que os Estados Unidos imaginavam que iriam lhe impor e, graças a isso, manter sua economia funcionando.

Como destacou José Luis Fiori em artigo publicado no site *A Terra é Redonda* (16/1): “No entanto, a Rússia resistiu ao impacto imediato das sanções econômicas em 2022. Em 2023, o PIB russo cresceu 3,5% (umas das taxas mais altas do mundo), sua taxa de desemprego caiu para 2,9%, sua massa salarial aumentou 8%, sua renda *per capita* 5% e sua produção manufatureira aumentou 9,4 %, entre março e agosto do mesmo ano. Além disso, a própria guerra na Ucrânia se transformou num grande desafio externo e provocou uma profunda redefinição da estratégia de desenvolvimento econômico e de inserção internacional da Rússia, com o fortalecimento do papel do Estado, da indústria nacional e do mercado interno. Em dois anos, o uso do dólar nas transações externas da Rússia caiu de 87%, em 2021, para 24% em 2023, e o país logrou se repo-

sicionar dentro da economia internacional, aumentando sua integração com a China, a Índia e com os inúmeros países que não aderiram às sanções impostas aos russos pelos Estados Unidos e pela União Europeia. E hoje, dois anos depois do início da guerra na Ucrânia, em termos “da paridade do poder de compra”, a economia russa já é a primeira economia da Europa e a quinta economia mundial. Neste sentido, já não cabe mais dúvida de que os europeus e os norte-americanos avaliaram equivocadamente a capacidade de resistência da Rússia como potência militar, energética, mineral, agrícola e atômica, nem conseguiram prever a importância de longo prazo da integração da economia russa com as economias chinesa e indiana. Um “erro de cálculo” das potências ocidentais que já provocou um dano enorme, sobretudo dentro da União Europeia, que entrou num processo prolongado de recessão, com aumento da inflação e da revolta social, junto com um verdadeiro tufão de ultradireita que pode acabar enterrando os últimos vestígios do projeto de unificação europeu”.

Além disso, no plano interno, os russos conseguiram mobilizar politicamente o país em torno do esforço de guerra e convencer a maioria da população da justiça de seus objetivos, apesar do enorme número de baixas. Enquanto isso, a Ucrânia vê-se cada vez mais dividida internamente, seja pelos escândalos de corrupção envolvendo o desvio de recursos de guerra, seja porque a ideia de transformar a Ucrânia, um estado multinacional e multicultural, em um monólito pró-Occidente não encontra apoio sobretudo entre a população de língua russa, que se vê como um grupo de segunda classe dentro do país.

Conforme destacou Oleksiy Arestovych na mencionada entrevista, “A questão principal é por que estamos vivendo e morrendo? E a Ucrânia, como sociedade e cultura, tem um grande número de respostas para esta questão. Somos completamente diferentes. O principal problema da Ucrânia é que alguns políticos começaram em 1991 a transformar a Ucrânia de um estado policultural e polinacional num país mais monoétnico e monocultural, como a maioria dos países europeus, como a Polônia. E muitos ucranianos, estes 4,5 milhões de ucranianos que não queriam ser recrutados pelo Estado, não queriam ser recrutados por esta ideia política. Este não foi um problema de contrato social, de boas pensões para militares reformados ou algo assim, é uma questão do futuro da Ucrânia. Acho que muitos ucranianos não querem fazer parte de um projeto de mononação. (...) As pessoas não se recusam a alistar-se no exército por causa dos perigos de ferimentos ou morte, mas porque não compreendem a resposta à pergunta: por que é que temos de ser um só país? Por que temos que ser um Estado? Por que razão precisamos de um Estado ucraniano? Muitos dizem que o Estado ucraniano me dá a possibilidade de obter o passaporte ucraniano e entrar na Europa ou em outro país. Esta é a principal superioridade de Putin. Os soldados russos sabem por que lutam: lutam pela Grande Rússia”.

*\* É Professor Dr. Associado da Universidade Estadual Paulista (Unesp), diretor do Instituto Confúcio na Unesp e pesquisador do Instituto de Estudos de América Latina da Universidade de Hubei, China.*

O JE continua a publicação de resumos dos textos vencedores do 31º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Igor Fois Abramof, graduado pelo IE-UFRJ, obteve a terceira colocação no certame.

## Classe média comprimida durante o experimento redistributivo recente no Brasil?

Igor Fois Abramof\*

■ No período que vai aproximadamente do começo do século XXI até a aprovação do teto de gastos em 2016, ocorreu no Brasil o chamado experimento redistributivo. Através da implementação de políticas públicas, em especial a valorização do salário mínimo, houve redução de pobreza e queda da desigualdade de renda quando medida exclusivamente através das pesquisas domiciliares. Além disso, houve avanços no acesso ao ensino básico e superior, assim como uma maior formalização do emprego, que foi uma das causas responsáveis pela diminuição da desigualdade salarial.

Por outro lado, pesquisas que foram realizadas usando dados do imposto de renda e das Contas Nacionais mostraram que, ao contrário do que se imaginava, a desigualdade de renda no período permaneceu alta, com a existência de uma persistente concentração no topo da distribuição. Dentre esses trabalhos chama a atenção o *working paper* do pesquisador Marc Morgan, *Falling Inequality beneath Extreme and Persistent Concentration* (2017), que utilizou essas bases para calcular uma estimativa da evolução da distribuição de renda no Brasil de 2001 a 2015. No estudo de Morgan, foi evidenciado que houve a manutenção da parcela total de renda absor-

vida pelos 10% mais ricos e aumento para os 50% mais pobres no período analisado. Logo, todo o avanço alcançado pelas camadas de baixo se deu às custas dos 40% do meio, que o autor denominou de *squeezed middle 40%*, já que esse foi o único grupo que perdeu participação relativa na renda total do país.

Apesar de Morgan afirmar que no Brasil, por conta da alta desigualdade de renda, não há uma classe média extensa como entendida nos países ricos, ele ainda assim considera os 40% do meio como uma classe única em seu estudo e não realiza nenhuma análise interna ao grupo que considera como sendo o perdedor em termos distributivos entre 2001 e 2015. Isso pode gerar problemas, pois, ao estipular unidade a um coletivo que não necessariamente a tem, o autor deixa a possibilidade de que o público interprete que esse grupo possui preferências e demandas únicas, inclusive políticas. Isso pode servir de insumo para análises e diagnósticos que talvez não estejam baseados na realidade. Por conta disso, a monografia investigou mais a fundo os 40% do meio e, por consequência, a própria tese do *squeezed middle 40%* através de três perguntas: Os 40% do meio são um grupo homogêneo em termos de renda, condição de emprego e acesso ao ensino superior? Todos os vigésimos dentro desse



grupo possuem características consideradas de classe média? Quais foram os vigésimos que mais se aproveitaram da prosperidade que ocorreu entre 2001 e 2015?

Para realizar essa tarefa, foi utilizada a análise estatística descritiva em que os 40% do meio foram divididos em 8 vigésimos equivalentes a 5% da distribuição de renda total. O primeiro vai do percentil 51% até o percentil 55% e foi denominado p51-p55 e assim sucessivamente até o p86-p90. Para cada vigésimo, bem como para os 10% mais ricos, os 50% mais pobres e os 40% do meio como um todo, serão analisadas oito variáveis derivadas a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) entre 2001 e 2015: renda média; parcela da renda total absorvida por cada grupo; porcentagem da renda oriunda do não trabalho; nível de desocupação; porcentagem dos ocupados que são formais; anos de estudo médio dos ocupados; porcentagem dos ocupados que são empregadores; e porcentagem da população com acesso ao ensino superior. A escolha das variáveis foi baseada no próprio trabalho de Morgan e, principalmente, no livro de 2010 *A Classe Média Brasileira: Ambições, valores e projetos de sociedade*, de Bolívar Lamounier e Amaury de Souza, que realizaram uma pesquisa junto à população brasileira para, dentre outros assuntos, identificar quais são os principais critérios definidores de classe média.

A resposta para a questão se os 40% do meio são um grupo homogêneo, segundo as variáveis estudadas, é não. Em termos de renda, há uma diferenciação interna na renda média e, quanto maior o rendimento médio do grupo, maior é essa diferenciação. Quando se olha para as condições de emprego, também há heterogeneidade no desemprego, na formalidade e no empreendedorismo, com as camadas mais ricas tendo menor desocupação, maior formalização e maior porcentagem de empregadores, ainda que, ao

se tratar de desemprego, os três vigésimos mais ricos apresentem níveis bastante similares, porém abaixo dos demais. O mesmo padrão se repete no acesso ao ensino superior, só que de forma ainda mais severa, com o p86-p90 e, em menor medida, o p81-p85 atingindo valores muito maiores do que o restante. O único item analisado em que se observa uma maior homogeneidade é a porcentagem da renda que vem do não trabalho, não havendo uma grande diferenciação com base no rendimento do vigésimo e com resultados bastante voláteis ano a ano.

Para a pergunta se todos os vigésimos têm características de classe média, a resposta também é não. O objetivo do trabalho não foi traçar uma linha definidora de classe média; portanto, é impossível dizer com precisão quais grupos pertencem ou não a esse estrato. No entanto, considerando que na maioria dos pontos observados há uma maior diferença dos dois vigésimos mais ricos em relação aos demais, é mais provável que o p86-p90 e, em menor grau, o p81-p85 sejam considerados de classe média.

Sobre quais grupos mais se apropriaram da prosperidade que ocorreu entre 2001 e 2015, a resposta varia dependendo da variável analisada. Se for analisada apenas a parcela da renda total que cada vigésimo apropriou, do p51 ao p80 houve aumento da participação relativa, com os grupos mais pobres tendo maior crescimento, enquanto que o p81-p85 ficou estagnado e o p86-p90 diminuiu. A monografia aponta que apenas o vigésimo mais rico foi prejudicado no período, logo, do p51 ao p85 seriam os “vitoriosos” entre 2001 e 2015. Se forem vistas as outras características analisadas, os estratos mais pobres também tiveram maior aumento relativo na renda média, no acesso ao ensino superior e na formalização do trabalho; não há uma clara relação entre posição do vigésimo e resultado relativo na renda do não trabalho e na proporção de

empregadores; e na questão do desemprego, os grupos mais ricos foram, em geral, mais beneficiados. Logo, por essa ótica, os vigésimos mais pobres também seriam os “vencedores”, com destaque especial para o p51-p55. Contudo, observar apenas a taxa de crescimento pode ser enganoso, já que esse elevado aumento se deu porque os valores iniciais em 2001 eram muito baixos. Os vigésimos mais ricos também tiveram expansão na maioria das variáveis analisadas e pode-se dizer que houve um processo de *catch-up* do extremo inferior dos 40% do meio, porém, não foi substancial, o que seria um argumento de que na verdade o p86-p90 seria o grande “vencedor” do período.

Os resultados alcançados nessa monografia permitem uma investigação maior sobre esse grupo do meio “espremido”. Em primeiro lugar, agora é possível afirmar com mais tranquilidade que é errado chamar os 40% do meio de classe média, já que, pela considerável heterogeneidade do estrato, apenas os vigésimos mais ricos (em especial o p86-p90 e, em menor medida, o p81-p85) possuem com relativa alta intensidade os critérios definidores dessa classe. Em segundo lugar, vigésimos internos aos 40% do meio também apresentaram ganhos positivos na parcela da renda total absorvida, assim como os 50% mais pobres, enquanto que apenas o vigésimo mais rico que mostrou queda em sua participação total. Nesse sentido, o ganho dos pobres seria em cima apenas da camada mais rica dentro dos 40% do meio e não do grupo como um todo. Curiosamente, essa camada mais rica é a que pode ser definida como sendo de classe média, logo, apesar de Morgan não ter falado especificamente que a classe média foi a principal prejudicada em termos distributivos entre 2001 e 2015, parece ter sido isso que aconteceu.

*Orientadora: Celia Lessa Kerstenetzky.*

*\* É bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ.*